



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS

O processo de agregação/extinção de freguesias, concretizado com a Lei nº.11-A/2013, inseriu-se num objetivo mais amplo de mutilação/liquidação do poder local democrático, conquistado com o 25 de Abril e consagrado na Constituição da República Portuguesa.

A pretexto do memorando de entendimento com a troika e da redução da despesa do Estado a extinção/agregação das freguesias - à semelhança do que sucedeu com outros serviços públicos - inseriu-se num processo mais amplo de reconfiguração do Estado, redução do número de trabalhadores, concentração e centralização de serviços. Tal medida significou a eliminação de milhares de eleitos autárquicos, mais afastamento entre eleitos e eleitores, maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, desvirtuamento do papel e função das freguesias na organização do poder local, entre outras perdas.

Ao contrário do que muitas vezes foi repetido, a reforma administrativa territorial autárquica não trouxe poupança ao Estado, resultando mesmo em muitas situações em encargos acrescidos para as freguesias.

A reforma administrativa imposta pelo governo, sem consideração da opinião das freguesias e das populações, em nada resolveu - antes agravou - os principais problemas com que se confrontam as freguesias.

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Assim a Câmara Municipal de Castro Verde, reunida a 13 de Abril de 2016, deliberou por unanimidade:

1. Reafirmar a exigência de reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos (no caso concreto Castro Verde e Casével);
2. Apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição de freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017.

Paços do Município de Castro Verde, 13 de Abril de 2016.

O Presidente da Câmara,

- Francisco Duarte -